

XIV CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA/AÇORES

Angra do Heroísmo, Terceira, Abril de 2010

MOÇÃO ORIENTAÇÃO GLOBAL

UM NOVO CICLO DE REFORMAS

PARA UMA REGIÃO SUSTENTÁVEL E UMA AUTONOMIA SEGURA



SUBSCRITORES

1. Carlos César
2. Berto Messias

3. Álamo Meneses
4. Ana Paula Marques
5. André Bradford
6. Andreia Cardoso
7. António Cordeiro
8. Bruno Pacheco
9. Carlos Ávila
10. Catarina Furtado
11. Cláudia Cardoso
12. Domingos Cunha
13. Duarte Ponte
14. Francisco César
15. Francisco Coelho
16. Hélder Silva
17. Herberto Rosa
18. Hernâni Jorge
19. Isabel Rodrigues
20. João Bettencourt
21. João Castro
22. João Ponte
23. José Contente
24. José Luís Amaral
25. José Rêgo
26. José San-Bento
27. Luiz Fagundes Duarte

- 28. Manuel Avelar
- 29. Manuel Pereira
- 30. Manuel Silveira
- 31. Maria João Carreiro
- 32. Mariana Matos
- 33. Paulo Jaime
- 34. Paulo Messias
- 35. Ricardo Rodrigues
- 36. Ricardo Silva
- 37. Roberto Monteiro
- 38. Roberto Silva
- 39. Rui Bettencourt
- 40. Sérgio Ávila
- 41. Vasco Cordeiro

quando o nome se ajustar
ao pensamento
e a esperança for semente
flor e fruto num só dia
quando no estranho país móvel
o néctar
chover como uma sonata e
nenhumas mãos acenarem o adeus
para os navios

intacta e eterna
estarei sempre sentada
no penúltimo degrau
do cais daquela ilha

Madalena Férin, *Prelúdio para o Dia Perfeito*

Edições salamandra, 1999

Índice

Apresentação	7
CAPÍTULO I.....	10
Um Caminho Positivo.....	10
1. OS AÇORES NA TRANSIÇÃO DO 25 DE ABRIL – a boa nova da Autonomia e os seus progressos e desesperanças	10
2. UMA NOVA AUTONOMIA COM UMA GOVERNAÇÃO NOVA -1996-2010, sem perder o sentido de mudança e sempre com uma nova energia.....	14
3. O CONTRIBUTO QUE DEVEMOS DAR ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, APÓS AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS – o valor da cooperação institucional	18
4. OS DESAFIOS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2011 E DAS ELEIÇÕES REGIONAIS DE 2012 – defender a Autonomia e prosseguir com um Novo Ciclo de vitórias	24
CAPÍTULO II.....	29
Garantir o	29
Futuro dos Açores e dos Açorianos.....	29
– Uma Região Sustentável	29
1. NA ESTRUTURA INSTITUCIONAL E COMPETENCIAL AUTONÓMICA – um ciclo reformista para uma autonomia mais segura.....	30
2. NAS COMPONENTES DAS FINANÇAS E DA DESPESA PÚBLICA – uma atenção reforçada à gestão dos recursos e à sua afectação prioritária e rigorosa.....	34
3. NA DEFESA E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS – temos valor a preservar e mais recursos dos que aproveitamos	40
4. NA CONSTRUÇÃO DE UMA BASE ECONÓMICA REGIONAL ATRACTIVA E COM FUTURO – um caminho esclarecido	50
5. NA VALORIZAÇÃO DOS SEUS RECURSOS HUMANOS – com objectivos concretos na educação e na formação	55

6. NA INTRODUÇÃO DE FACTORES DE INOVAÇÃO – a importancia para os Açores das tecnologias, da investigação e da ciência	64
7. NA PROMOÇÃO E NO RELACIONAMENTO EXTERNO – uma maior presença e um novo ciclo marcado pelas relações de valia económica.....	67
CAPÍTULO III	74
O papel do(s) partido(s).....	74
1. RENOVAÇÃO DOS FUNDAMENTOS PARA A VITALIDADE DEMOCRÁTICA DOS AÇORES – uma maior participação	74
O PS que desejamos nos Açores	76
2. MAIS JUVENTUDE COM A JS	78

Apresentação

O XIV Congresso Regional do PS/Açores – o primeiro a ter lugar após a vitória do PS, há dezoito meses, nas eleições regionais - deve ser encarado como mais uma oportunidade para um debate aprofundado e frutuoso sobre os novos desafios com que nos confrontamos na promoção do desenvolvimento regional.

Uma vez mais, o PS deve dar o exemplo, afirmando a sua maturidade e contribuindo para a credibilidade do partido como plataforma de participação e de encontro das melhores soluções para o presente e o futuro dos Açores. Somos um partido unido na prioridade dessa missão e plural no exercício da reflexão e do apuramento de conclusões que ela suscita. Queremos, por isso, que neste XIV Congresso se discuta menos o que cada um deve fazer no partido e mais o que o partido pode fazer por todos os açorianos.

É esse espírito que anima os quarenta subscritores desta Moção de Orientação Política Global, os quais, recolhendo ainda outros contributos de militantes e personalidades sem filiação partidária, promovem, por este meio, a consideração de um novo ciclo reformista que atenda aos novos desafios conjunturais e estratégicos que envolvem e sucedem aos efeitos sentidos nos Açores com a actual crise financeira, económica e social que também chegou à Região. Daí termos intitulado a

presente Moção “Um Novo Ciclo de Reformas para uma Região Sustentável e uma Autonomia Segura”.

Os socialistas açorianos têm motivos para se orgulharem do caminho positivo que proporcionaram, nos últimos treze anos, através da sua governação. Os resultados positivos da transformação vivida estão por todo o lado, em todas as nossas ilhas. Não fosse o crescimento e o fortalecimento operado nesse período estaríamos, agora, na míngua e sem capacidades de reacção às dificuldades introduzidas pela crise internacional.

Por vezes já não nos recordamos do estado lastimável em que se encontravam os Açores em 1996, quando chegámos ao Governo. É verdade que isso aconteceu no século passado, mas convém sempre lembrar que aconteceu há apenas pouco mais do que uma década, quando muitos dos actuais e mais visíveis dirigentes do maior partido da oposição, agora surgindo com um *lifting* enganador, eram membros desse governo velho.

Porém, nunca devemos estar totalmente satisfeitos com o que fizemos, porque sabemos que só desse modo seremos merecedores e capazes de ganhar e de liderar as mudanças necessárias. Só desse modo venceremos as próximas eleições regionais em 2012.

Com a vitória do PS nas últimas eleições autárquicas nos Açores cabem-nos novas responsabilidades, num novo ciclo de cooperação entre a administração local e a administração regional. Nas autarquias cabe-nos, igualmente, acrescer um sentido de gestão mais rigoroso, respeitador dos recursos públicos e promover uma

administração mais respeitadora e amiga das pessoas e das empresas. Vamos, certamente, consegui-lo.

Os dois grandes desafios que incorporam este novo ciclo de acção política e governativa fundam-se na necessidade de, numa perspectiva múltipla, conferirmos sustentabilidade ao nosso desenvolvimento económico e social, particularmente no processo de descolagem das actuais contrariedades inculcadas pelo exterior, e de protegermos melhor a nossa Autonomia na componente dos seus poderes e das suas instituições.

Nesse contexto, a presente Moção de Orientação Política Global afasta-se de uma lógica reclusa do diagnóstico e do mediatismo e da propaganda, e assume-se com um primeiro documento proponente na perspectiva da actual acção governativa e do próximo Programa do Governo – na frente institucional como na estruturação das finanças e das despesas públicas, na tipificação da base económica regional como na importância do cometimento de reformas que se dirigem a aspectos dominantes como o dos recursos humanos e naturais, os factores de inovação e as acções no plano exterior à Região.

CAPÍTULO I

Um Caminho Positivo

1. OS AÇORES NA TRANSIÇÃO DO 25 DE ABRIL – a boa nova da Autonomia e os seus progressos e desesperanças

A instauração da Democracia em 25 de Abril de 1974 vem encontrar os Açores como uma Região deficitária ao nível dos cuidados básicos de saúde, com níveis de analfabetismo elevado, com acessibilidades reduzidas e reduzida a um sector primário dominante ao nível da empregabilidade mas pouco remunerador.

Os recursos humanos mais qualificados, entre os quais um escasso número de jovens a adquirirem licenciaturas, deixavam-se ficar muitas das vezes pelo Continente, por falta de expectativas de emprego condizente na sua Região de origem.

A isto acrescia, ainda, sermos uma Região de êxodo, em que famílias inteiras partiam das nossas ilhas em busca de um nível de vida melhor ou para fugir a uma guerra colonial.

Só nos dez anos anteriores a 1974 emigraram cerca de 103 mil açorianos para os Estados Unidos, Canadá e Bermudas. Emigraram, sobretudo, a população activa e os mais jovens, deixando os Açores com menos gente, com menos capacidade produtiva e mais empobrecidos ainda.

Com o estabelecimento do regime autonómico, fruto do empenhamento de várias gerações, inicia-se, num clima de progressividade, uma nova fase ligada aos trabalhos para a elaboração da regulação estatutária do novo regime. São instrumentos novos que propiciam os ambientes de composição de um pensamento para os Açores e os meios para um trabalho estruturado e efectivo.

Dá-se também início a uma longa caminhada de construção de infra-estruturas económicas e sociais, num arquipélago em que cada ilha se encontrava entregue e isolada nas suas próprias insuficiências. É então a política e a governação regionais à procura da consideração integral da economia e da sociedade açorianas. Esse objectivo conseguido deve ser conservado, pois é ele que estrutura a dimensão justificativa da Autonomia Política regional.

Outro dos factos mais importantes para o desenvolvimento dos Açores no período pós 25 de Abril foi a implementação do ensino superior nos Açores, com a criação, em 9 de Janeiro de 1976, do Instituto Universitário dos Açores e a sua posterior transformação em Universidade. Com seu carácter multipolar, os seus primeiros

cursos de via ensino e ciências empresariais e agrícolas foram fundamentais para dotar a Região de recursos humanos mais qualificados, quer para as empresas quer para a administração pública regional e, inclusive, para a expansão do ensino secundário a todas as ilhas o que ainda então não acontecia.

Antes disso, o surgimento, em 10 de Agosto de 1975, da televisão açoriana, constituiu outro momento marcante para a idéia de Região e para a unidade açoriana.

Com a adesão de Portugal em 1985 à Comunidade Económica Europeia, os Açores passam a integrar um espaço económico onde adquirem extraordinários impulsos de progresso, mas também de compatibilização e integração económica, social e cultural que representaram dificuldades.

Fruto do seu estágio de desenvolvimento, a Região passou a beneficiar de um conjunto de meios financeiros, integrados nos I, II, III Quadros Comunitários e hoje no QREN – que muito nos ajudaram e ajudam a melhorar as nossas condições.

À medida que os órgãos de governo próprio iam desenvolvendo a sua actividade, aperceberam-se do que podemos sintetizar como três problemas, de natureza diversa, que ensombravam o seu frágil percurso: o relacionamento com o Estado centralista, simbolizado, em especial, com a arrogância de alguns titulares da figura comissarial que foi designada como Ministro da República; a pouca clareza na definição das competências legislativas que encorajava a negação de direitos por parte dos governos da República e uma jurisprudência tendencialmente negativa por parte do Tribunal Constitucional; e, a autonomia financeira, ou melhor, a falta dela.

Apesar dessa constatação, os responsáveis pelo governo da Região, não foram capazes, - pesem, embora, as sucessivas revisões da Constituição de 1982, 1989 e de 1992 -, de resolver qualquer desses três problemas.

Para além destas questões institucionais e de enquadramento constitucional da Autonomia, também do ponto de vista do desenvolvimento económico, o modelo e as políticas seguidas nos primeiros anos de auto-governo cedo vieram a demonstrar a sua fragilidade e a incapacidade dos responsáveis políticos de evitarem degradações e insucessos constantes que fomentavam a descrença e faziam precarizar a sustentabilidade da autonomia institucional. Entre 1990 e 1995 perderam-se 7.350 postos de trabalho, quando, ao mesmo tempo, outras regiões cresciam e não se vislumbravam crises exteriores cujos efeitos na Região pudesse levar a tal como agora.

O Governo Regional estava endividado – constituindo ele próprio um motivo para a crise - as empresas públicas estavam também sem margens, e a iniciativa privada, com pouco dinamismo, necessitava de mais incentivos e de uma outra política, menos conservadora e mais aberta ao exterior, para poderem usufruir de outras oportunidades de incorporação e negócios.

Em 1996, as famílias açorianas eram as mais pobres do País, com um rendimento disponível equivalente a 88% da média nacional. De igual modo, os Açores eram a Região mais pobre do País, com um PIB per capita que correspondia a 79% da média nacional, 6 pontos percentuais abaixo das Regiões Centro e Norte, regiões que nos antecediavam imediatamente nesses indicadores.

É assim que, num primeiro período da década de noventa, estávamos perante uma Região que se sentia incapaz de gerar riqueza, de braços caídos e sem confiança.

A “Nova Autonomia”, protagonizada pelo PS/Açores, veio, justamente, recolhendo contributos diversificados e independentes, como ainda hoje o faz, convocar novas energias e fazer retomar a confiança nos Açores e entre os Açorianos.

2. UMA NOVA AUTONOMIA COM UMA GOVERNAÇÃO NOVA - 1996-2010, sem perder o sentido de mudança e sempre com uma nova energia

O ano de 1996 representa um ponto de viragem na História dos Açores e da sua Autonomia.

Na verdade, esse ano, com a primeira experiência de alternância política regional e a formação de um governo da responsabilidade do Partido Socialista, representou o início de uma nova fase em que se obtiveram importantes ganhos para o acervo autonómico, novos referenciais de exercício das actividades cívicas e das actividades económicas, grandes transformações positivas na infraestruturação em geral da Região e na capacitação média dos seus recursos humanos.

Por mais que o PSD desvalorize a acção dos governos do PS que lhe sucederam – é bom lembrar que a actual líder do PSD era, em 1996, desse governo velho – a

verdade é que os Açores mudaram extraordinariamente para melhor. Isso é impossível de desmentir e é mérito do PS.

No plano económico, com a vitória da Nova Autonomia em Outubro de 1996, ressurgiu novamente a esperança. Uma nova política de apoio à iniciativa privada foi delineada. Multiplicaram-se os projectos apoiados pelos novos sistemas de incentivos. O turismo teve uma rápida expansão. De 96 a 2004 duplicou na Região Autónoma dos Açores o número de camas e triplicou o número de dormidas. O desemprego baixou e a economia, entretanto estagnada, começou a convergir, ano após ano, com as médias nacional e europeia.

Em 2008 a Região já tinha um PIB per capita de 89% da média nacional, ultrapassando claramente as Regiões Norte e Centro. O mesmo aconteceu em relação à média europeia, onde convergimos, entre 1996 e 2008, sete pontos percentuais.

No mesmo sentido, em 2006, já tínhamos ultrapassado o rendimento médio das famílias do Norte, do Centro e do Alentejo, ficando apenas a quatro pontos percentuais da média nacional.

No âmbito das políticas sociais, a atenção dada aos que se encontram numa situação mais fragilizada socialmente, é exemplo do empenho e da dedicação do PS/A. Dos mais novos aos mais idosos, todos os investimentos realizados asseguram maior bem-estar aos Açorianos que, inquestionavelmente, possuem, hoje, melhores condições de vida. Mesmo perante os efeitos negativos da actual crise nacional e internacional, o nosso sistema de apoio social mostra a sua eficácia,

garantindo, por exemplo, que mais de 80% dos desempregados usufruam de apoios pecuniários a diverso título, o que não tem paralelo no País e em outros lugares.

Na Saúde, área de extrema complexidade e sensibilidade, apesar de novas e constantes solicitações e do esforço financeiro associado, o Serviço Regional de Saúde, isento nos Açores de “taxas moderadoras”, oferece hoje um elevado nível de cobertura gratuita sem comparação com a que disponibilizava em 1996, e uma capacidade tecnológica e de recursos humanos especializados crescentes.

Novos fenómenos têm surgido e requerem do PS permanente atenção, inovação e criatividade nas soluções. A globalização que nos invade não deixa espaço para hesitações, no que respeita às medidas de apoio social que possam fazer face ao aumento significativo do acesso das mulheres ao mercado de trabalho por nós propiciado, ao dilatar da idade da reforma, à pertinência de novos modelos científicos e tecnológicos, ou aos desafios ambientais com que somos confrontados amiúde. Os horizontes dos açorianos são hoje muito mais amplos e por isso a resposta que para eles a sua governação tem exige-se que seja, também ela, mais competente e diversificada.

A Nova Autonomia afirmou-se também como portadora da solução para problemas de anos que diziam respeito à própria configuração constitucional do nosso modelo de auto-governo. As revisões constitucionais de 1997, primeiro, e, de 2004, depois, vieram proporcionar novos enquadramentos e novas expectativas de avanços das competências regionais. Com elas, e com novos fundamentos, aprovámos actos importantes como a Lei de Finanças das Regiões Autónomas ainda em 1998, uma Lei Eleitoral que trouxe outras oportunidades à representação parlamentar de

pequenos partidos, e, melhorias de grande significado no Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Sem o Partido Socialista em situação de maioria parlamentar na Região e no País esses benefícios não teriam avançado. Também nestes casos a oposição partidária pode desmerecer mas o nosso contributo decisivo é, mais uma vez, incontornável.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas, ao regular as relações financeiras entre o Estado e as Regiões, veio dar uma solução a um problema de base da Autonomia. Ao introduzir os valores da previsibilidade e da segurança nesse relacionamento, construiu um pilar em falta para que o edifício institucional erguido desde 1976 fosse melhor sustentado. Independentemente do teor da lei ser mais ou menos benévolo nas transferências financeiras para a Região ou noutros detalhes, a sua existência *de per si* constitui uma inquestionável vitória para a Autonomia, representando a ideia base de que a Autonomia não pode ser avaliada ou apoiada consoante conjunturas mas com o sentido mais perene da permanência do Estado.

Por seu lado, no que se refere às revisões constitucionais, é pacífico que a revisão constitucional de 2004 constitui um marco histórico que veio a também possibilitar a reforma do Estatuto Político-Administrativo.

Na verdade, é com o PS/A a liderar os destinos da Região, e com a Nova Autonomia, que se consegue a mais ambiciosa reforma do Estatuto Político-Administrativo desde o surgimento da Autonomia Regional. Também aqui o PS/A lutou e conseguiu concretizar uma nova visão da Autonomia. Deixando de ser uma

simples carta da organização administrativa e competencial dos órgãos de governo próprio, o Estatuto passa a ser a verdadeira Lei Fundamental da Autonomia Açoriana, assumindo uma carga política sem precedentes.

Com estes elementos, mesmo que um ou outro careçam de aperfeiçoamentos no sentido evolutivo da própria Autonomia, poderemos afirmar que os Açores do presente possuem mais instrumentos e mais meios para que os Açorianos tenham uma Autonomia mais Segura.

Por tudo isto, a governação da Nova Autonomia, é mais do que uma simples etapa no percurso iniciado em 1976. Ela constitui, na sua génese, na sua acção e nos seus resultados uma verdadeira refundação da Autonomia Açoriana.

A História da Autonomia Açoriana e, em especial, o património governativo da Nova Autonomia demonstram que o PS/A tem sido uma permanente força motriz e de mudança. Os açorianos confiaram-nos esse papel. Nós, com gosto, o assumimos. Neste novo ciclo, que sucede às incidências nos Açores da crise que abalou a economia mundial, cá estamos com espírito sempre novo para vencer os novos desafios.

3. O CONTRIBUTO QUE DEVEMOS DAR ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, APÓS AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS – o valor da cooperação institucional

O Partido Socialista alcançou nas últimas eleições autárquicas um enorme sucesso eleitoral. A grande vitória do PS traduziu-se, pela primeira vez na sua história, na conquista da maioria das câmaras municipais dos Açores sem quaisquer coligações eleitorais. O PS venceu doze das dezanove câmaras municipais da nossa Região, conquistando a presidência da Associação de Municípios da Região e da Associação de Municípios de S. Miguel. Vencemos, também, a maioria das assembleias municipais e das freguesias no arquipélago.

Exceptuando um único caso, o PS renovou a vitória eleitoral em todos os concelhos onde detinha a presidência de câmara. O PS/A aumentou a sua influência no poder local de forma inédita na sua história. Com a excepção de algumas freguesias, em que apoiamos listas de cidadãos independentes, fomos o único partido que apresentou candidaturas a todas as juntas de freguesia dos Açores evidenciando a nossa implantação regional consolidada.

O PSD-Açores ficou reduzido à menor influência de sempre no poder local, vivendo o seu maior declínio político desde a instituição constitucional do poder local democrático.

A vitória do PS/Açores nestas eleições mostrou a sua capacidade não só de gerar expectativas de boa gestão dos interesse locais das populações mas também de atrair e de mobilizar cidadãos com prestígio e com competência – a maior parte dos quais sem filiação partidária e com destaque para muitos jovens e mulheres.

Esta demonstração reforçou a associação do PS/Açores a uma imagem de inovação, de mudança e de representatividade social que fortaleceu politicamente o projecto socialista na Região, na linha das vitórias conseguidas em 2008 nas eleições regionais e em 2009 para as legislativas nacionais.

O PS/Açores assumiu, assim, novas e maiores responsabilidades como força maioritária no poder local. Desde logo tem a obrigação de intensificar parcerias com a administração regional, que potenciem esforços e evitem desperdícios de acção e de recursos dos dois níveis de poder. Cooperação não é submissão e independência dos poderes não é confronto entre eles – é nessa consideração que o PS deve incentivar a unidade na acção e em benefício das populações. Assim será possível fazer mais e fazer melhor.

Esta nova abordagem, que já foi iniciada pelo governo do PS através da instituição dos Projectos Locais de Interesse Comum, tem agora condições de avançar com maior vigor por forma a evitar: a frequente desarticulação na definição dos investimentos prioritários por concelho ou ilha; a duplicação de projectos, acções e iniciativas com a mesma finalidade; e a falta de visão estratégica regional do poder local, decorrente da sua própria natureza, ao nível da rentabilidade e da inserção de muitos investimentos públicos.

O Partido Socialista assume o compromisso político de aprofundar esse modelo de colaboração visando os seguintes objectivos: orientar a acção conjunta para o diagnóstico dos investimentos estruturantes e de maior relevância por concelho; garantir a cooperação no financiamento e na execução dos investimentos prioritários; encontrar soluções concretas para o desajustamento financeiro conjuntural de alguns municípios; e, também, partilhar as responsabilidades na resolução dos problemas sociais ao nível de serviços disponibilizados às comunidades locais.

Desde 2000, é evidente a preocupação da União Europeia com a participação das autarquias na elaboração de políticas comunitárias e na definição das estratégias nacionais, visando uma constante adaptação da actuação dos patamares superiores

de poder às realidades distintas que se vivem um pouco por todo o continente. O Livro Branco da Governação Europeia exorta os governos nacionais a dialogarem cada vez mais com as regiões, com as autarquias e com os demais actores económicos e sociais locais. É igualmente com esse enquadramento que pugnamos por essa cooperação e partilha de competências e responsabilidades, favorecendo a coesão territorial ao nível regional dos Açores – numa interacção do governo, dos municípios, das freguesias e das organizações da sociedade civil em geral em função das circunstâncias e dos âmbitos de intervenção requeridos.

A cooperação entre os diversos poderes públicos é ainda mais útil se tivermos em conta o facto de os autarcas serem cada vez mais confrontados com a necessidade de influenciar e sensibilizar outros níveis de poder no sentido de procurar responder aos mais variados casos.

Mas as expectativas dos eleitores requerem um nível próprio da actuação autárquica, que comporta, é certo, esse modelo de actuação diferenciador centrado na cooperação, mas que não dispensa uma agenda própria local como prioridade política e demonstrações de sensibilidade e competência exigentes. Nesse contexto, emergem, neste novo ciclo, como áreas de grande relevo para o poder local as relacionadas com o urbanismo, o ambiente, o apoio social, os transportes urbanos, os espaços públicos de desporto e lazer, a acessibilidade ao sistema educativo e ao sistema de saúde, a cultura, as infra-estruturas de comunicações e sociedade de informação, a dinamização económica, as oportunidades de consumo e a segurança.

Ao contrário de muitos autarcas do PSD, que cultivam a inaceitável atitude de atribuir ao Governo a responsabilidade exclusiva das políticas de combate à crise, o PS considera o poder local como um agente imprescindível na promoção de

políticas públicas de investimento, de crescimento e de emprego. Ao contrário do que diz o PSD a propósito das “grandes obras” regionais, é precisamente ao nível local que melhor se pode dinamizar as micro e pequenas empresas. Por isso, as autarquias geridas pelo PS devem procurar promover investimentos modernizadores com fortes impactos ao nível do crescimento e do emprego, procurando apostar em obras de dimensão ajustada ao tecido empresarial concelhio.

Os autarcas socialistas devem assumir uma prioridade absoluta em facilitar a actividade económica. Iniciativas como as de agravamento da tributação patrimonial e da tributação sobre as empresas, incumprimentos dos prazos de pagamentos a 60 dias e aumentos de diversas taxas e licenciamentos em valores claramente superiores à inflação devem ser evitados. Os autarcas do PS devem prestar uma atenção muito especial à desoneração dos orçamentos das empresas e das famílias, sobretudo se entenderem a sua acção num sentido mais amplo e determinante.

Os executivos municipais liderados pelo PS devem procurar nesta fase de dificuldades, salvo algumas excepções devidamente justificadas, dar prioridade à promoção de múltiplos pequenos investimentos modernizadores de nível local, desde a revalorização de espaços públicos nos centros históricos das freguesias à reabilitação habitacional.

Os autarcas socialistas devem ter sempre presente a necessidade de estruturar o desenvolvimento local de forma a integrar o turismo como factor central da modernização urbanística e da revitalização económica das localidades, o que implica a preservação do espaço público, do património, da oferta cultural, da dinamização das várias vertentes da economia local, como sejam, o comércio tradicional, a restauração e o artesanato.

No futuro o turismo terá uma importância ainda maior no desenvolvimento dos Açores e na criação de empregos, pelo que um bom planeamento e a antecipação de investimentos são apostas que reforçarão a atractividade local.

O PS deve desenvolver uma política social no poder local, estruturada em serviços e valências tendentes a constituir uma rede de garantias sociais ao dispor dos cidadãos, constituída pelo sector particular social, pelo governo e pelas autarquias funcionando em parceria e complementando-se. Assim, evita-se sobreposições e ineficiências. Esta rede deve dar um enfoque prioritário ao nível das estruturas de apoio à família como creches, jardins-de-infância e ATL's, intensificando ainda os apoios à terceira idade e aos grupos de risco. As áreas sociais prestam-se à exploração de sinergias entre o poder local e o regional, resultando daí ganhos significativos na capacidade de intervenção e na racionalização de recursos financeiros.

No poder local, e honrando a sua tradição forjada no republicanismo, o PS deve ser fiél aos mais altos padrões éticos de dedicação ao serviço público e à causa colectiva. O PS deve procurar desenvolver uma cultura democrática, incentivando a participação dos cidadãos, promovendo a discussão pública dos investimentos mais relevantes, colocando as novas tecnologias ao serviço da maior transparência na gestão municipal e acautelando a não ocorrência de fenómenos de abuso de poder e/ou de corrupção.

Perante as exigências que se colocam aos autarcas eleitos pelas listas do PS, e face à obrigação do partido apoiar os seus eleitos nas autarquias locais, torna-se necessário redinamizar e reforçar a actuação da Associação Socialista dos Autarcas Açorianos (ASAA).

Para esse efeito, a Associação deve procurar inscrever no seu seio todos os autarcas eleitos nas listas do PS, quer sejam ou não militantes, concorrentes em todas as autarquias dos Açores. Reveste-se de utilidade criar uma Comissão Executiva Permanente da ASAA que permita um trabalho consistente de acompanhamento e apoio político aos autarcas do PS. Esta associação deve dinamizar diversas actividades em colaboração com as estruturas de ilha do partido e deve assegurar a realização de uma Convenção Autárquica periódica em cada uma das nossas ilhas. Este encontro deve proporcionar um debate aberto sobre as diferentes problemáticas do poder local e uma análise crítica das principais dificuldades com que se confrontem os autarcas dos municípios e das freguesias.

4. OS DESAFIOS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2011 E DAS ELEIÇÕES REGIONAIS DE 2012 – defender a Autonomia e prosseguir com um Novo Ciclo de vitórias

As eleições para a Presidência da República em Janeiro de 2011 têm uma acrescida importância para os Açores.

Os últimos anos demonstraram, com os episódios da aprovação do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da revisão da Lei de Finanças Regionais, que o progresso autonómico da nossa Região tem sido sistematicamente contrariado nas mais altas instâncias do nosso país.

O desconhecimento da realidade arquipelágica açoriana e/ou o preconceito de quem confunde, Autonomia “sustentada” com o desenvolvimento de uma Autonomia

“Sustentável”, são, provavelmente, as maiores ameaças com que nos deparamos, quando um governante do Continente é chamado a pronunciar-se sobre matérias que dizem respeito à nossa terra. Mesmo no seio do PS/Nacional essa tendência é descortinável, embora, felizmente, minoritária.

O Presidente da República deve exercer o seu cargo de uma forma que motive e agregue o todo nacional, promovendo o diálogo e a concertação de estratégias com todos os órgãos regionais de governo próprio e com o Governo da República, sem tabus ou constrangimentos, tendo em vista o aperfeiçoamento e desenvolvimento da coesão nacional. Compete-lhe ser o portador de um voto de confiança às Autonomias e não o instigador de uma reserva adversa à unidade nacional.

A candidatura presidencial reveste-se de natureza singular por ser uninominal e não ter origem nos partidos. Beneficia, sim do apoio destes. Por isso mesmo, o Partido Socialista, sendo força política preponderante na democracia portuguesa, e aprendendo com os erros cometidos aquando das últimas eleições presidenciais, deverá apoiar unicamente um candidato do sector da esquerda, no qual se reveja quanto aos seus princípios essenciais. Tal candidato deve concentrar, de preferência, o apoio do maior número de forças políticas, e, uma vez eleito, ser garante da estabilidade política no País, pugnando também no que toca às Autonomias Regionais, pelos meios e competências necessários ao seu pleno exercício e valorização. É, desse modo, importante, contribuir para um novo ciclo político que dê mais segurança à nossa Autonomia nele incluindo a mais alta figura do Estado.

Os Açores e as Autonomias Regionais precisam, para o seu futuro, de ter um aliado nos seus anseios e não um estorvo no seu desenvolvimento.

Continuar o novo ciclo de vitórias

O Projecto da Nova Autonomia trouxe aos Açores uma nova geração de políticas e de desafios, que modificaram profundamente, para melhor, o nosso tecido económico e social. Hoje, a nossa terra é, sem margem para dúvida, uma melhor Região para se viver e visitar do que era há doze anos atrás. O apoio a um sector privado forte e dinâmico, a modernização e industrialização do sector agrícola e agro-pecuário, a aposta no turismo como área de diversificação económica, a melhoria das acessibilidades aéreas e marítimas, a aposta na educação e qualificação, toda uma nova geração de apoios sociais e a afirmação de uma Autonomia mais segura e sustentável, são algumas das marcas que introduzimos. Temos razões para sentir orgulho na nossa obra, não só porque a lideramos mas também porque conseguimos agregar ao nosso projecto a força, as vontades e os anseios de açorianas e açorianos e de múltiplas organizações que trouxeram qualidade e condições de sucesso.

Esta é uma das características da matriz do PS/Açores refundado na década de noventa, que o identifica como partido moderado e moderador, institucionalista e reformista, democrático e esclarecido, autónomo e autonomista, e capacitado para ouvir, apreender, inovar e decidir.

Contudo, cabe-nos continuar a demonstrar ao Povo Açoriano que, independentemente dos tempos mais difíceis por que passamos, somos a força que melhor interpreta a vontade açoriana, e a força capaz de empreender um ciclo de

reformas para uma Região Sustentável e uma Autonomia Segura. Para isso, temos que saber interpretar a nossa realidade, renovando assiduamente a nossa classe dirigente, corrigindo sempre o que não está bem e criando novos canais de comunicação para que as opiniões e sugestões das pessoas sejam consideradas e postas em prática.

É com este sentido de serviço público que devemos encarar as eleições regionais de 2012, construindo, desde já, um movimento reformista e participado que seja capaz de aglutinar várias vontades em prol de um novo ciclo de reformas.

Em 2012, os açorianos devem estar perante duas alternativas: ou voltam atrás com o velho PSD que deixou a Região em 1996 depauperada e sem rumo, ou emprestam a sua confiança a um PS que se renova e que continua a mudar os Açores confiante no novo ciclo de retoma das economias para relançar o crescimento dos Açores.

Para isso, o Partido Socialista deverá definir, já no primeiro semestre de 2011, o seu candidato à Presidência do Governo, e, no seguimento do debate que é formalmente aberto através desta Moção de Orientação Política Global, actualizar e inovar no seu Programa de Governo, no que deverá contar com a participação organizada do maior número possível de cidadãos. É nesse contexto que deverão ser promovidas as “Conferências – Um Novo Ciclo para Vencer Novos Desafios”.

O Partido Socialista assumirá sempre como objectivo a vitória nas eleições regionais de 2012, porque, com uma vitória forjada na generosidade e no açorianismo que temos, todos, socialistas ou não, ganharão.

CAPÍTULO II

Garantir o Futuro dos Açores e dos Açorianos – Uma Região Sustentável

1. NA ESTRUTURA INSTITUCIONAL E COMPETENCIAL AUTONÓMICA – um ciclo reformista para uma autonomia mais segura.

O significado que atribuímos à construção de uma Região sustentável incorpora a consolidação de um quadro referencial, do ponto de vista institucional e competencial da Autonomia Política, fundado e projectado para servir na superação dos desafios do presente e do futuro.

Desde a Assembleia Constituinte, logo após o 25 de Abril de 1974, em todos os momentos em que esteve em causa o fortalecimento da Autonomia, o PS/A tem tido um papel historicamente decisivo, sendo que a sua representação nacional foi sempre e continua a ser indispensável na quantificação e qualificação das maiorias pró-autonómicas.

A última revisão do Estatuto Político-Administrativo, ocorrida em 2008/2009, foi mais um desses momentos, no qual o PS/A assumiu claramente a tarefa de desbravar caminhos, e de, muitas vezes sozinho, cerrar fileiras na defesa e ampliação de um património regionalista açoriano.

Esse processo provou, também, que a Autonomia, embora afirmando-se progressivamente pelos seus méritos, continua a ter opositores em todos os quadrantes da vida política nacional, os quais só não vingaram no caso do PS/Nacional por causa da firmeza corajosa do Secretário-Geral do partido e da persistência fundamentada do PS/Açores.

Na verdade, o Tribunal Constitucional, com a desonrosa cumplicidade de alguns sectores partidários regionais, continua a fazer uma interpretação da Constituição da República que, em matéria de regiões autónomas, desvirtua, em grande medida, o espírito e a vontade da última revisão constitucional de 2004.

A utilização da Bandeira regional nas instalações dependentes dos órgãos de Soberania que estejam situados na Região, alguns poderes da Região em matéria de política externa, a criação de Provedores sectoriais regionais, a audição dos órgãos regionais pelo Presidente da República em caso de dissolução da nossa Assembleia Legislativa e a limitação de poderes de revisão do Estatuto às normas estatutárias sobre as quais incide a iniciativa da Assembleia Legislativa e às matérias correlacionadas – são exemplos de conquistas que foram suprimidas, coartadas ou diminuídas pela jurisprudência restritiva do Tribunal Constitucional, alimentada por políticas e políticos que encontram no actual Presidente da República o líder e em alguns sectores do PSD e dos comunistas os principais serviçais.

O processo político ocorrido tornou claro que muitas das questões que têm surgido quanto à conformidade constitucional dos poderes autonómicos se devem mais ao

preconceito do intérprete do que à inexistência ou pouca clareza das opções do legislador.

Da parte do PS/A interessa, por isso, tornar igualmente claro que, numa próxima revisão constitucional, o nosso objectivo principal centrar-se-á em clarificar, da forma o mais inequívoca possível, o entendimento que a Assembleia da República - quer na VI Revisão Constitucional quer na revisão do Estatuto Político-Administrativo - demonstrou ter sobre os poderes da Região.

O PS/Açores considera também que deve ajudar a romper com outros preconceitos da dogmática anti-autonomista, como é exemplo a questão agora da extinção do cargo do Representante da República, tal como pode e deve contrariar a ideia da inibição das autonomias regionais que ainda lhes limita participações e protagonismos úteis quer no quadro europeu quer no das relações externas em geral.

Contudo, interessa também reafirmar que, para o PS/Açores, a Autonomia não se exercita apenas por alturas de revisões da Constituição.

Hoje, podemos afirmar que temos mais competências, mais poderes e mais capacidade de intervir do que tivemos, sucessivamente, no passado.

Assim sendo, podemos fazer um bom balanço e constatar um bom percurso, mas a concretização plena daquilo que alguns já reconheceram ser uma ordem jurídica individualizada face à legislação da República deve, por isso, constituir mais um meio de afirmação da sustentabilidade da nossa Autonomia.

Ainda no âmbito do funcionamento no território da Região dos vários níveis da administração surge como emergente a necessidade de um novo paradigma legal para a articulação da administração local com as restantes, bem como para a organização institucional ao nível de ilha de forma a exponenciar o contributo dessas realidades sócio-territoriais na governação e no desenvolvimento regional.

Por último, mas não menos importante, a sustentabilidade do nosso modelo de governo está geneticamente ligada à percepção que todos os Açorianos tiverem de que ele constitui a melhor resposta às nossas necessidades enquanto Povo. Importa, pois, “Educar para a Autonomia”, tal como se educa para a Democracia, como valor cultural e de informação da nossa identidade, despertando e organizando para o efeito a acção das instituições e do sistema educativo.

Acresce, também, que, na nossa visão de construção da União Europeia, afigura-se cada vez mais premente e inexorável, para a competitividade e a coesão do espaço europeu, uma densificação de uma efectiva coordenação política, económica, de segurança e de relações externas centrada nas instituições do governo europeu, o que acarreta transferências de competências tradicionais das estruturas centrais dos Estados Membros. O PS/Açores afirma-se consciente dessa necessidade e apoiante de todos os impulsos reformadores nesse sentido. Em concomitância, devem relevar os poderes regionais, como expressão da diversidade europeia e como níveis que assegurarão o desenvolvimento harmónico na consideração e no somatório das suas especificidades.

Desejamos, assim, nesses contextos, renovar este ciclo reformista e alcançar uma Autonomia mais segura.

2. NAS COMPONENTES DAS FINANÇAS E DA DESPESA PÚBLICA – uma atenção reforçada à gestão dos recursos e à sua afectação prioritária e rigorosa

O Partido Socialista, mercê de um trabalho rigoroso, conseguiu alcançar, no exercício do governo, um equilíbrio sustentado das contas públicas. Fê-lo conceptualizando e desenvolvendo a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, negociando e executando com sucesso as fontes de financiamento europeu, potenciando o crescimento continuado das receitas próprias da Região (apesar da menor pressão fiscal junto dos contribuintes açorianos), disciplinando a despesa pública e contendo nas diferentes circunstâncias de forma exemplar o recurso ao endividamento.

De uma situação de pré-falência que se verificava em 1996, onde se associava a falta de investimento a um generalizado sentimento de desconfiança por parte dos agentes económicos, atingiu-se um patamar de estabilidade financeira e orçamental. Hoje, é imperioso que o PS/Açores se continue a bater pela manutenção da discriminação positiva com que a Região foi contemplada nas transferências financeiras do Estado, num contexto político onde a oposição parlamentar, no processo da recente revisão da LFRAs, demonstrou intenção de aceitar uma redução substancial da discriminação positiva que justamente beneficia todos os

açorianos, a qual aconteceria se não fosse a posição imediata e determinada do PS a favor dos Açores.

Reafirmamos que a nossa condição arquipelágica de nove ilhas acarreta custos muito superiores ao restante território nacional, que exigem uma solidariedade nacional acrescida, mas não nos devemos limitar a exigir a solidariedade devida. Devemos, igualmente, reforçar a notoriedade dos Açores no contexto nacional, quantificando e demonstrando o nosso valor geo-estratégico em aspectos já evidenciados repetidamente pela História, tal como em outros, de valor económico para o País, como o da extensão da plataforma territorial e o dos recursos marinhos em geral.

Neste contexto tudo devemos fazer para que se mantenham os princípios da Lei de Finanças das Regiões Autónomas aprovada em 2006, principalmente numa altura em que o rigor orçamental se apresenta como factor essencial no combate ao deficit público e na disponibilização do investimento público como factor de desenvolvimento sustentado e gerador de emprego.

Pelas mesmas razões, devemos pugnar por reforçar os mecanismos de estabilidade da Lei de Finanças Regionais, incluindo as bases gerais do financiamento das regiões autónomas em sede constitucional.

Como ainda recentemente ficou demonstrado e reconhecido por todo o País, os governos do PS/Açores têm gerido os dinheiros públicos de forma rigorosa, elaborando orçamentos realistas, com elevadas taxas de execução, ao mesmo

tempo que progredimos na contenção da despesa pública de funcionamento, o que nos tem permitido a disponibilização crescente de recursos financeiros destinados ao investimento e ao alargamento da rede de bens e serviços públicos em todas as ilhas dos Açores.

Por outro lado, a dívida pública mantém-se estável, e a níveis muito inferiores aos registados no resto do País, sendo que o nosso endividamento em relação ao PIB é, actualmente, sete vezes inferior ao verificado pela média dos 27 países da União Europeia, estando, pois, perfeitamente evidenciada a nossa gestão parcimoniosa e salvaguardados os recursos a disponibilizar para as gerações futuras. O montante da dívida indirecta é, do mesmo modo, negligenciável.

Para o PS/Açores é importante prosseguir este caminho, para que a sustentabilidade financeira possa continuar a contribuir para reforçar a dinamização económica e social da nossa Região, elegendo-se como objectivo o êxito de uma política de aproximação das receitas próprias face às despesas de funcionamento. A nossa Autonomia será ainda mais segura se maior for a nossa capacidade de financiarmos a nossa administração.

Queremos que esse rigor e equilíbrio orçamentais sejam conseguidos sem afectar os rendimentos e os direitos dos açorianos, alargando uma política fiscal diferenciada na Região, designadamente nas taxas dos impostos indirectos e também nas taxas sobre o rendimento das empresas, com especial ênfase, no caso destas últimas, para a valorização dos lucros investidos e para os investimentos estratégicos.

Neste novo ciclo que devemos incorporar interessa otimizar os fundos comunitários que nos estão disponibilizados, apostando, designadamente, na maximização dessas verbas em projectos integrados de desenvolvimento que envolvam o poder local, as entidades privadas e o Governo Regional ainda no âmbito deste quadro de financiamento europeu que se estende a 2013.

A política de gestão orçamental não dispensa, porém, o desafio de a melhorar e de elevar o nível de qualidade na preparação dos orçamentos e planos regionais numa óptica de racionalizar os gastos e de promover a avaliação do impacte da despesa pública de investimento na economia regional.

Esta óptica reformista da gestão e do planeamento financeiros contribuirão, certamente, para a disponibilidade e crescente melhor uso dos nossos meios e recursos, e deve assegurar metas quantitativas de investimento público não inferiores às previstas nas Orientações a Médio Prazo.

Releva, também, que se assuma com coragem e rigor a dimensão real das nossas disponibilidades, não hipotecando o futuro da nossa Região e dispendendo apenas o que poderemos pagar, para que as gerações futuras possam continuar a progredir com estabilidade e confiança. Não podemos voltar a ter os prejuízos e o tempo perdido que tivemos em 1996 com a Região praticamente falida, quando a actual líder do PSD era a Secretária das Finanças, nem os municípios falidos que o PSD

deixou ao PS nas últimas eleições autárquicas em casos como o da Povoação, das Velas ou de Vila Franca do Campo.

O PS/Açores considera que uma estratégia global de desenvolvimento, privilegiando o crescimento económico sustentado, assente na qualidade e na inovação, na consolidação do emprego e no rendimento das famílias, na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas, recomenda um maior esforço e um novo ciclo na definição concreta e rigorosa de afectação do investimento público.

Nesse contexto, e numa perspectiva reformista, o PS/Açores considera que a despesa pública de investimento deverá privilegiar a dinamização de políticas activas de aumento da competitividade da base produtiva regional, fomentando a modernização e a introdução de elementos de “clusterização” na estrutura produtiva, nomeadamente nas fileiras da agro-pecuária e da pesca, e alavancando o desenvolvimento do sector turístico, apoiando paralelamente a diversificação da produção económica através do estímulo a acções empreendedoras oriundas da sociedade.

Este objectivo estratégico, do qual não nos devemos desconcentrar, deve ser complementado com a criação de infra-estruturas e de equipamentos proporcionadores de expansão às economias externas das nossas unidades produtivas, bem como do reforço da dimensão imaterial da afirmação da competitividade dos nossos produtos através da qualidade e da visibilidade de marcas reconhecidas e do estabelecimento de parcerias estratégicas entre os sectores público e privado no domínio da investigação e da inovação. O reforço e a

facilitação do apoio financeiro às empresas, seja através dos sistemas de incentivos ao investimento, seja através de novos instrumentos de financiamento que fomentem o crescimento da produção económica do sector empresarial privado, são outras dimensões obrigatórias deste novo ciclo que marcará a transição da situação adveniente da crise internacional para uma nova velocidade de desenvolvimento.

O reforço da coesão social da nossa Região, deve ser outra prioridade no reforço da despesa pública de investimento, com particular incidência da qualificação dos açorianos, na promoção do emprego e na solidariedade social. Neste particular deve ser dada especial importância às políticas activas de qualificação e formação dos açorianos e à eficácia e eficiência do sistema de ensino e de formação profissional fomentando-se a monitorização das variáveis relacionadas com o aproveitamento e o abandono escolar.

O PS/Açores considera que também deve ser conferida especial prioridade ao alargamento da qualidade dos serviços e apoios prestados no âmbito da solidariedade social e da saúde, mas, também neste caso, após o período em que estabelecemos e alargámos essa rede, entramos num ciclo em que importa convocar atenções quanto a uma utilização mais eficiente dos recursos materiais, humanos e financeiros disponibilizados.

O reforço da operacionalidade e eficiência do funcionamento das infra-estruturas de comunicações e dos sistemas de transportes aéreos marítimos e terrestres devem constituir outras prioridades na afectação de recursos públicos. A valorização ambiental, como mais-valia e fonte de negócios, no quadro de instrumentos de

planeamento na maior parte existentes e com uma maior fiscalização, tem também um papel dominante para a sustentabilidade que queremos assegurar.

O incremento do nível de utilização dos recursos endógenos na produção de energia deverá ser assumido como um factor de despenalização da despesa e das importações, obrigando a sua intensificação num calendário mais antecipado e rigoroso.

O PS/Açores pugna por uma despesa melhor orientada, pois esta será a fonte mais segura de uma retribuição de receita que consolidará o potencial da gestão pública regional.

3. NA DEFESA E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS – temos valor a preservar e mais recursos dos que aproveitamos

Nunca é demais lembrar que apesar da comparativa exiguidade do seu território terrestre, com mais de 600 quilómetros entre os extremos do arquipélago, os Açores são detentores de uma das maiores zonas económicas exclusivas do Atlântico e de um território, que ao contrário do que em tempos se afirmou para justificar o seu fraco desenvolvimento, é rico em recursos naturais. Com um clima ameno e uma

geomorfologia variada, as ilhas açorianas e o mar que as rodeia são, de facto, um dos territórios mais ricos em recursos naturais de toda a União Europeia.

Essa riqueza em recursos naturais traduz-se em quatro grandes aglomerados, verdadeiras bases para os “clusters” potenciais do nosso desenvolvimento económico: os recursos paisagísticos, climáticos e hidrológicos, geradores de amenidade e capazes de sustentar um desenvolvimento turístico de qualidade; os recursos energéticos, representados pela geotermia, os ventos, a biomassa vegetal e os recursos energéticos do oceano, bases de uma autonomia energética que permite encarar sem sobressaltos o surgimento da economia do carbono e as previsíveis alterações na disponibilidade e preço dos hidrocarbonetos; os recursos biológicos, representados pela biodiversidade da fauna e flora dos Açores, tanto marinha como terrestre, pela riqueza dos genomas dos organismos presentes no mar dos Açores e pelos recursos agro-pecuários, permitindo encarar um sector primário moderno e diversificado, assente na moderna biotecnologia e associado a uma indústria agro-alimentar de qualidade e respeitadora da segurança alimentar e do ambiente; e, finalmente, os recursos do mar, representados pelas imensas possibilidades abertas pela exploração do mar profundo e dos seus recursos biológicos e minerais, pela indústria pesqueira e pela aquicultura, permitindo voltar os açorianos para o mar e abrir uma nova frente no desenvolvimento socioeconómico dos Açores.

O progresso tecnológico e o conhecimento do ambiente e dos recursos naturais disponíveis nos Açores permitem concluir que a agro-pecuária, as pescas e o turismo constituem os pilares fundamentais da economia açoriana, sendo que este último, não obstante as recentes quebras resultantes dos efeitos da crise

internacional, é o grande sector emergente do período de governação socialista. Qualquer destes sectores assenta na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais: a agro-pecuária depende da qualidade dos nossos solos e da abundância de água; as pescas, do equilíbrio dos ecossistemas marinhos; e o turismo tem na qualidade global do ambiente, e em especial das áreas protegidas, o seu maior potencial.

O PS/Açores entende que, para que os açorianos possam aproveitar as potencialidades oferecidas pela abundância de recursos naturais, é necessário intensificar a estruturação do sector ambiental e investir na preparação dos necessários recursos humanos, já que o seu aproveitamento sustentado apenas pode ser conseguido com o domínio das necessárias ciências e tecnologias. Esse investimento tem de ser complementado com um ambiente legal e regulatório propiciador.

O PS/Açores salienta como orientação a necessidade do sector do turismo privilegiar o aproveitamento cuidadoso e sustentado da paisagem e da beleza natural das ilhas, investindo em empreendimentos de qualidade, particularmente no sector do turismo rural e das pequenas unidades de charme, preparados para receber turistas em todas as épocas do ano. Sem a segurança das horas de sol das ilhas tropicais, nos Açores é preciso apostar em novas frentes: na fruição do mundo natural, valorizando a paisagem, a observação de aves e de plantas, os geossítios e as caminhadas pelas áreas naturais e rurais; no termalismo, recorrendo sempre que necessário às abundantes águas termais de média profundidade captáveis em todas as ilhas e à associação com os aproveitamentos de energia geotérmica; e nos desportos náuticos, no contacto com o mar e na observação de cetáceos e da

abundante vida marinha em torno das ilhas, associando o turismo à pesca e desenvolvendo estruturas e embarcações de observação do mar, incluindo do mar profundo e das fontes hidrotermais, recorrendo às tecnologias da informação e às telecomunicações.

O PS/Açores entende igualmente necessário empreender um novo ciclo de modernização e diversificação do sector florestal, apostando no aproveitamento integral da riqueza dos solos, na disponibilidade de água e no clima temperado das ilhas. A substituição de importações, com a produção local dos vegetais consumidos nas ilhas, usando as novas técnicas agrárias e optando por produtos biológicos e de qualidade; a reactivação de produções tradicionais; o recurso às biotecnologias para melhorar a qualidade dos produtos lácteos e para produzir novos produtos agro-alimentares que possam ser derivados do sector agro-pecuário e da biodiversidade existente nas ilhas e no mar que as rodeia; e, o desenvolvimento da floresta para produção de biomassa para fins energéticos, para madeira e para captura de carbono, com redução do impacte sobre as florestas tropicais resultante da importação de madeira e seus derivados, devem ser dominantes da política governativa empreendida pelo Partido Socialista.

Considerando que a Comissão Europeia insiste numa Revisão da Política Agrícola Comum que inclui a extinção do regime de quotas leiteiras, e apesar dos Açores representarem pouco mais de 0,4% da produção de leite da UE, importa manter ao nível comunitário os montantes actuais do orçamento para a agricultura, não diminuir esse esforço ao nível do orçamento regional, lutar por condições substitutivas de regulação da produção e comercialização no sector e assegurar,

para a produção açoriana em especial, a estabilização do mercado e dos rendimentos.

O sector das pescas, pelo seu lado, terá de se diversificar, ocupando os 984 000 km² da zona económica exclusiva açoriana, associando uma gestão responsável dos recursos pesqueiros a capturas destinadas a mercados de alto valor acrescentado. A posição dos Açores no meio do Atlântico permite a criação de uma plataforma logística de apoio às frotas pesqueiras e de primeira venda do peixe, associada à certificação da qualidade do pescado. Para isso, é preciso associar a investigação pesqueira e os investimentos em infra-estruturas e embarcações à melhoria da formação do pessoal de mar de apoio em terra e a uma reforma profunda do enquadramento regulamentar do sector, dando celeridade à certificação de embarcações e pessoal e privilegiando, com maior determinação, a racionalidade económica sector.

O PS/Açores insiste na premência de, no sector energético, quebrarmos a ainda significativa dependência dos combustíveis fósseis. O PS considera de grande relevância as metas definidas no *Plano Estratégico para a Energia nos Açores* visando a sustentabilidade energética da economia através do aumento da produção assente sobre fontes renováveis locais, diminuindo a dependência e aumentando a competitividade do sector. A energia geotérmica é o principal recurso energético dos Açores, podendo com vantagem substituir directa e indirectamente a vasta maioria dos combustíveis importados: para isso, o PS/Açores entende que há que abrir o acesso àquele recurso a todos os que nele queiram investir, incentivar a exploração em ilhas onde ainda não existe aproveitamento e concluir os projectos em curso. A energia eólica e solar, o recurso a bombas de calor e outras tecnologias

de optimização do uso energético, o advento da mobilidade eléctrica e a introdução nos Açores de redes eléctricas inteligentes, com recurso, quando adequado, à interligação entre ilhas, podem libertar-nos da dependência em relação aos hidrocarbonetos e permitir reinvestir nas ilhas os vultuosos capitais que diariamente exportamos através da nossa factura energética com o exterior. Neste processo, a EDA terá um papel fundamental, mas torna-se necessária a abertura do sector a novos operadores para a produção de energia de origem renovável, a par do crescente recurso ao desenvolvimento tecnológico e à adopção de novas estratégias de desenvolvimento. A reestruturação em curso no sector energético, com referência para o projecto *Green Islands* e o *Plano Estratégico Plurianual da EDA* para o período de 2009/2013, já prevê investimentos que visam incrementar, significativamente, a penetração das energias renováveis, tendo como meta os 50% em 2014, e perspectivando que em 2018 se possa chegar aos 75% do total da energia eléctrica e 40% da energia primária utilizada no conjunto do arquipélago, incumbindo ao Governo vigiar atentamente o seu cumprimento.

O PS/Açores elege como um dos mais importantes investimentos na gestão ambiental a resolução do problema do tratamento dos resíduos. Para além, porém, da resolução dos problemas da acumulação de resíduos nas ilhas e no mar, há que dar ênfase à protecção da paisagem e da biodiversidade, recursos fundamentais para a garantia da sustentabilidade e da qualidade ambientais. Os Açores já reúnem no seu território um vasto leque de figuras de classificação internacional, que vão das Reservas da Biosfera, aos sítios Ramsar e aos conjuntos classificados como património mundial: há que aproveitar essas honrosas classificações e estruturar em

torno delas os parques naturais de ilha, transformando-os em pólos de dinamização do turismo e da educação ambiental.

O sector da investigação e do desenvolvimento, particularmente os organismos públicos, devem dirigir o seu esforço para as ciências e tecnologias ligadas ao aproveitamento dos recursos naturais mais abundantes e acessíveis nos Açores. Esse esforço deve ser ligado à criação de parcerias que permitam a necessária transferência tecnológica para o sector empresarial e produtivo.

O Partido Socialista assume-se, pois, em matéria de defesa e aproveitamento dos recursos naturais dos Açores, neste novo ciclo, como uma força reformista.

O PS acredita que o futuro dos Açores passa por um crescente aproveitamento dos seus recursos naturais, potenciado pelas novas tecnologias e pela emergência de uma consciência ecológica que privilegie a qualidade e a sustentabilidade ambiental da economia, o que implica:

- a procura da sustentabilidade na gestão dos recursos naturais, privilegiando na inovação e no progresso tecnológico os elementos que permitam otimizar a gestão da água e da energia, elementos fundamentais para a sustentabilidade da economia açoriana. Para além do que já está a ser feito, o PS quer ser mais ambicioso e, aproveitando as novas competências estatutárias, lançar um quadro fiscal e de co-financiamento que premeie a eficiência energética e os investimentos em energias limpas, favorecendo as empresas que transfiram tecnologia e conhecimento para os Açores;

- a manutenção de uma posição de intransigência na defesa dos recursos naturais. Nesse contexto, reconhecendo a importância da sustentabilidade dos recursos marinhos, é fundamental continuar a defesa dos recursos pesqueiros do mar dos Açores, e exigir, junto das autoridades nacionais e comunitárias, a adopção de medidas concretas de protecção da sustentabilidade dos recursos marinhos do mar dos Açores e de favorecimento da frota açoriana no acesso aos seus recursos;
- uma nova centralidade para as políticas do mar, já que este constitui a maior riqueza dos Açores, com enormes potencialidades ao nível económico, ambiental, científico e turístico. O carácter oceânico dos Açores deve ser encarado não como uma barreira ao desenvolvimento, através da distância que impõe entre as ilhas, mas como uma oportunidade que importa aproveitar, através de um “cluster” ligado ao oceano, nas suas várias vertentes. As novas oportunidades que surgem da quase certa extensão da jurisdição nacional sobre os fundos contíguos ao arquipélago, ricos em minerais e em recursos energéticos, nomeadamente os hidratos de metano, e genómicos ligados às fontes hidrotermais de profundidade, obrigam a que surjam novas frentes nas políticas referentes ao mar, nas suas componentes de aproveitamento dos recursos e de gestão e protecção dos ecossistemas marinhos. A Economia do Mar deve, também, estender-se à área científica, onde o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores tem, pela sua natureza e trabalho desenvolvido, a missão de liderar esta área;

- um investimento claro no sector energético. Daí a aposta que terá que ser aprofundada na produção de energias renováveis e na diversificação e descentralização das fontes energéticas, a par da introdução de melhores práticas na utilização eficiente da energia. Nos Açores existem condições para promover esses objectivos, já que as micro-redes isoladas existentes em cada uma das ilhas constituem um desafio e uma oportunidade na busca de soluções energéticas sem recurso a combustíveis fósseis. Nesta matéria, apesar do já feito, há um longo caminho a percorrer. A produção de electricidade com origem renovável triplicou entre 1996 e 2009, passando de 70 GWh para 218 GWh, tendo representado já 26% da produção total em 2008, e a convergência do tarifário eléctrico permite hoje pagar os mesmos preços que em outras regiões do país, quando em 1996 esses preços eram 39% mais caros do que a média nacional;
- uma aposta clara na mobilidade eléctrica e nos sistemas de armazenamento de energia, sejam eles as baterias ou o recurso a centrais hidroeléctricas reversíveis com recurso a bombagem pura. A introdução de carros eléctricos na mobilidade rodoviária permitirá transferir consumos de combustíveis fósseis para electricidade renovável e das horas de ponta para as horas de vazio, podendo alterar significativamente a balança comercial dos Açores através da diminuição de importações. Com 40% das importações de produtos petrolíferos destinadas ao sector rodoviário, a aposta na utilização de viaturas eléctricas, associada a uma política integrada de incentivo à renovação do parque automóvel orientada para o seu desempenho energético, contribuirá para a redução da dependência externa;

- o fomento do aproveitamento e da valorização dos recursos termais, hidrominerais e geotérmicos dos Açores. O aproveitamento dos efluentes geotérmicos, já em curso, como subproduto da produção de electricidade a partir da geotermia, com a valorização em cascata térmica para fins energéticos, agrícolas e turísticos, potenciará o desenvolvimento de actividades de I&D e a identificação de aplicações industriais a partir das lamas termais, bem como a avaliação das suas mais-valias terapêuticas para uso em balneoterapia, assumindo uma importância acrescida no desenvolvimento do turismo termal e do turismo de saúde e de bem-estar. Neste campo, há que introduzir uma postura mais activa nos trabalhos de protecção e qualificação das águas minerais naturais e águas termais dos Açores, com o seu aproveitamento para fins turísticos e de saúde, potenciando novas oportunidades económicas;
- a prioridade à resolução dos problemas de acumulação e gestão incorrecta dos resíduos sólidos, executando as soluções contidas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA), eliminando o seu depósito em lixeiras e em pretensos aterros sem a adequada gestão, e continuar o processo de eliminação dos passivos ambientais. Nesse processo é fundamental a valorização dos resíduos através do aumento do volume de materiais encaminhados para reciclagem e reutilização e pela valorização energética daqueles que não sejam susceptíveis de aproveitamento directo;
- o reforço do investimento na actividade agrícola, na diversificação e no aumento das produções locais, nomeadamente na horticultura e fruticultura e

vitivinicultura, diminuindo a importação de produtos que podem e devem ser produzidos nos Açores e colocados frescos à disposição dos consumidores, com qualidade e a preços competitivos, e em produtos com potencial de exportação como é o caso da floricultura;

- a implementação do Plano Regional da Água, enquanto estratégia orientadora da gestão da água nos Açores, garantindo a disponibilidade daquele bem essencial em quantidade e qualidade.

Estas são, assim, áreas onde incumbe ao PS ser permanentemente esclarecido nos diagnósticos e corajoso e competente nas soluções, pois estão em causa recursos e valores centrais para um novo ciclo baseado na afirmação da nossa sustentabilidade e capacidade de proteger e gerar riqueza.

4. NA CONSTRUÇÃO DE UMA BASE ECONÓMICA REGIONAL ATRACTIVA E COM FUTURO – um caminho esclarecido

A uma Região dotada de competências políticas e humanas, consciente e rigorosa no uso e salvaguarda dos seus recursos financeiros e naturais, temos que aditar, para o nosso sucesso, uma estratégia discernida de desenvolvimento económico.

Assim, o PS/Açores entende que a introdução de factores de modernidade na nossa base económica tradicional e a promoção da inovação e do empreendedorismo

afigura-se como uma necessidade contínua para a sustentabilidade da nossa especificidade no contexto económico mais vasto em que nos incluímos.

Daí que consideremos fundamental assumir o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a qualificação dos recursos humanos, a excelência ambiental e o fomento empresarial privado como elementos estruturantes e informadores das políticas e investimentos públicos.

Os Açores registaram nos últimos anos um desenvolvimento inédito na sua história. Todos os indicadores macroeconómicos de produção e rendimento e estatísticos, em geral, confirmam uma evolução económica e social muito positiva e uma melhoria significativa da qualidade de vida dos açorianos, apenas perturbadas pelo “entre parêntesis” dos efeitos actuais da crise internacional.

Este trajecto de progresso e desenvolvimento deveu-se, em grande parte, a uma intervenção sobre os factores potenciadores da nossa competitividade, nomeadamente o desenvolvimento da iniciativa privada, com a criação de sistemas de incentivos públicos ao investimento privado muito superiores ao verificado no resto do país, um regime fiscal mais favorável, um forte investimento na rede regional de infra-estruturas e serviços, uma requalificação profissional dos meios humanos e uma grande melhoria das acessibilidades aéreas e marítimas. Foram esses alguns dos factores que conferiram um impulso positivo como o verificado nos últimos anos.

O PS/Açores considera essencial consolidarmos estes factores determinantes na nossa Região e que constituem elementos prometedores da nossa melhor economia na proporção em que se mostrem bem sucedidos.

No momento em que em todo o mundo se sentem as consequências da mais grave recessão económica das últimas décadas, o PS/Açores considera ser este o tempo

para reforçarmos a atractividade da nossa economia e para fortalecermos as bases da estrutura produtiva regional.

A redução da liquidez dos mercados financeiros internacionais, reduziu a capacidade das instituições financeiras promoverem a dinamização económica com consequentes reduções dos níveis de investimento privado, liquidez das empresas e dos níveis de consumo.

Esta conjuntura mundial afectou evidentemente a nossa Região ao reduzir a capacidade financeira das nossas empresas, quer por via da diminuição do financiamento bancário ao investimento empresarial e à gestão das suas tesourarias, quer pela redução do financiamento na aquisição de bens e serviços.

Após termos conseguido atenuar significativamente os efeitos mais nefastos da conjuntura internacional na nossa Região devemos inculcar, no novo ciclo de retoma, a prioridade estratégica do desenvolvimento de uma base económica regional mais sólida e com maior sustentabilidade, reforçando a sua capacidade de gerar maior valor acrescentado, reduzindo as nossas necessidades de importações e aumentando significativamente a nossa capacidade de exportação.

O PS/Açores aprecia como determinante alargar os mecanismos potenciadores da valorização dos sectores e produtos que sejam competitivos nos mercados externos e assentar a diversificação da base produtiva regional no aproveitamento das vantagens comparativas decorrentes do desenvolvimento de novas tecnologias e da qualificação dos recursos humanos.

A consolidação da trajectória de convergência com os níveis médios de produção e rendimento do País e da União Europeia deve ser concretizada, neste novo ciclo que devemos realizar, através da incorporação de valor na capacidade produtiva

regional, o que se traduzirá, por outro lado, num aumento da remuneração média dos recursos humanos e na conseqüente atractividade de activos com maior qualificação.

O PS/Açores acredita que o fortalecimento da capacidade produtiva regional deve também estar alicerçado no reforço da rentabilidade e sustentabilidade do sector primário, promovendo-se a redução dos custos externos de produção, potenciando o desenvolvimento de economias de escala, a aposta na valorização genética do nosso efectivo pecuário e a laboração de produtos com maior valor acrescentado, e dinamizando a nossa força de vendas e a capacidade de distribuição dos nossos produtos nos mercados externos.

O desenvolvimento das fileiras da economia do mar, com todos os recursos que nos proporciona - desde a actividade náutica, lúdica à piscatória, ou da economia portuária à investigação científica – é outra prioridade estratégica na valorização da estrutura produtiva regional a que o PS atribui, neste texto de orientação política global, grande ênfase, relevando, ainda, a necessidade de avançarmos na identificação e incremento das oportunidades associadas de negócio de forma mais pró-activa do que até aqui.

Na atractividade e encorpamento da nossa actividade económica surge como elemento imprescindível o efeito multiplicador que é retirado da actividade turística, designadamente ao nível do aumento do consumo interno e do emprego. Reitera-se, pois, que atingida uma infra-estruturação base na hotelaria tradicional, o esforço deve dividir-se entre a promoção e garantia de fluxos de visitantes e a sua ancoragem numa oferta de Natureza saudável e de animação dinâmica e coerente.

O sector energético, com especial incidência no aproveitamento da energia eólica e da geotermia, deverá ser uma base complementar do nosso tecido económico, reduzindo significativamente a nossa dependência face ao exterior. Também a nossa Região tem todas as condições para funcionar como plataforma de comunicações e de transportes, pelo que não se podem descurar as infra-estruturas e facilidades atinentes.

O PS/Açores considera que sendo transversais a todos estes sectores, e antecedendo o novo ciclo de retoma da economia açoriana, devem ser reforçados alguns mecanismos de apoio ao desempenho e atractividade do nosso sistema produtivo, nomeadamente:

- a promoção da criação de Fundos de Investimento, que assegurem a dinamização e concretização de novos investimentos estruturantes e estratégicos para o futuro da base económica regional e a reestruturação financeira de empreendimentos já efectuados, como importantes instrumentos neste período onde se regista uma maior aversão ao risco e um menor espírito empreendedor por parte da banca;
- a redução comparativa dos custos das acessibilidades aéreas e marítimas para pessoas e mercadorias, com consequências prioritariamente dirigidas à redução do custo de exportação dos nossos produtos e aos fluxos de passageiros com origem no exterior;
- o aumento do apoio logístico e comercial às empresas regionais exportadoras e a criação de novos programas de apoio à comercialização de produtos açorianos em novos mercados externos;

- um esforço inovador de apoio à reconversão e modernização das pequenas empresas que desenvolvem as suas actividades no comércio tradicional, elaborando um diagnóstico de competitividade e fomentando a requalificação da sua actividade em função das suas potencialidades;
- o fomento do espírito empreendedor, devendo-se associar a formação profissional ao estímulo à criação da própria empresa por parte dos formandos, sendo para o efeito incentivadas as escolas de formação profissional a apoiarem e acompanharem os alunos na criação de empresas organizadas e competitivas, devidamente enquadradas em programas de micro-crédito e financiamento ao investimento;
- uma priorização dos sistemas públicos de incentivos financeiros à produção, escoamento e exportação de produtos regionais, à qualidade e inovação, às empresas de base tecnológica associada a produtos de alta qualidade e a nichos de excelência em novas tecnologias como o mar, o espaço, a energia, o clima, a biotecnologia, o desenvolvimento de software e outras actividades específicas com elevado grau de internacionalização.

O PS/Açores aclara, assim, este conjunto de orientações que deve informar o novo ciclo pretendido de retoma e de qualificação da nossa economia açoriana.

5. NA VALORIZAÇÃO DOS SEUS RECURSOS HUMANOS – com objectivos concretos na educação e na formação

Como temos salientado o conhecimento é um bem inestimável para a sociedade moderna.

Ao longo das últimas décadas foi enorme o esforço dispendido na melhoria do sistema educativo e do dispositivo de formação profissional. Porém, a população activa açoriana está ainda em desvantagem no que respeita a habilitações e ao nível de formação profissional face à generalidade das regiões da União Europeia e do Norte da América. Apesar de tudo, esta é uma situação em rápida mudança, já que em cada ano os trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho trazem melhor formação do que aqueles que saem.

Está relativamente consensualizada a ideia de que o desenvolvimento de um país ou, no caso, de uma região depende em larga medida do investimento no seu capital humano. O aperfeiçoamento constante do sistema educativo exige hoje um novo paradigma de relação entre este e o sector económico: a economia do conhecimento. A educação é considerada como um factor preponderante no estímulo das taxas de crescimento económico, e é encarada como a principal forma de quebrar a transmissão intergeracional das desigualdades. Da qualificação dos recursos humanos depende a capacidade de, num mundo cada vez mais globalizado, atingir patamares de produtividade e de qualidade que garantam a necessária competitividade e a sustentabilidade da nossa economia.

No caso particular dos Açores este investimento é ainda mais relevante atendendo à necessidade de suprir défices de formação geracionais, que incidem com especial acutilância nas camadas mais envelhecidas da população. A qualificação da

sociedade açoriana passa, por isso, pela revitalização desses estratos, através de programas de formação específicos que garantam o reconhecimento e a validação das suas competências, mesmo que apreendidas em contexto informal. Pensar os Açores no século XXI exige que consideremos aspectos específicos da realidade contemporânea, de entre os quais se destacam a competitividade global entre cidades e regiões, o paradigma do capital intelectual, e a empregabilidade. Tais desafios, intensificados pela actual crise económica mundial, recomendam a consolidação de uma estratégia regional para a qualificação dos recursos humanos, que alie sectores como a educação, a ciência e a tecnologia, o emprego, a economia e o ambiente, que privilegie a inovação, a competitividade e a produtividade, e que convoque empregadores, trabalhadores e sociedade civil.

A história do século XX comprova que o desenvolvimento socioeconómico não é possível sem recursos humanos escolarizados, capazes de aderirem às mudanças tecnológicas e sociais, ao pensamento criativo e ao empreendedorismo. Os Açores foram uma das regiões da Europa onde mais tarde se investiu na formação das pessoas: chegámos ao último quartel do século XX com um sistema educativo que nos distinguiu pela negativa mesmo em relação a muitos países em vias de desenvolvimento. As consequências foram a chegada ao fim do milénio com uma população activa em que predominavam os trabalhadores com quatro ou menos anos de escolaridade, um sistema educativo com claras insuficiências e um sistema de formação profissional quase inexistente.

A educação é o principal veículo de promoção da qualidade económico-social de toda a sociedade, transferindo os seus membros para diferentes papéis económicos e permitindo maiores diferenciações. A velocidade desta transição depende de

reformas e de um constante aperfeiçoamento do sector educativo que prepare os indivíduos para novos papéis na sociedade. Vários estudos feitos nos EUA e no Japão, atestam que uma das razões que justifica o grande sucesso da economia americana em relação, por exemplo, à europeia reside no facto de existir nos Estados Unidos da América uma maior proximidade entre as universidades e a actividade económica. Porém, não basta ter recursos humanos qualificados, nem competências em áreas de ponta. É preciso que haja uma estratégia coerente de concertação da formação e da valorização destes com as necessidades económicas da sociedade.

O PS/Açores entende que a política educativa deve ser avaliada como um eixo fundamental da estratégia da “economia do conhecimento” e como uma despesa de investimento capaz de propiciar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Todavia, mais do que receber conhecimento, o PS/Açores preconiza que ao cidadão deve ser dada a possibilidade de assumir o seu papel de actor social, recebendo incentivos ao empreendedorismo e à empregabilidade, de modo a que não seja o indivíduo a adaptar-se à circunstância das oportunidades disponíveis, mas que seja ele a criar as suas próprias oportunidades: de auto-emprego e de emprego para os outros. É sabido que os alunos não são iguais e apresentam apetências e graus de desenvolvimento diferenciados. É, pois, fundamental potenciar nas escolas diversidade de aprendizagens, de forma a enquadrar e a incluir todos os alunos, e expurgar da carga docente os tempos perdidos em burocracia. O tempo de trabalho do professor deve ser dedicado àquilo que mais interessa: os alunos. Para cada aluno que apresente problemas de aprendizagem deve haver uma estratégia dedicada, que viabilize a sua recuperação ou o reencaminhamento para áreas em que apresente melhores probabilidades de sucesso.

A Educação deve ser a preocupação de base para se conseguir tal mudança. Uma educação formal, que saiba conciliar, preservando-os e valorizando-os, os valores identitários do Povo Açoriano com os valores do mundo contemporâneo, e uma educação não formal, de carácter técnico e profissionalizante, que prepare os jovens para a empregabilidade, o empreendedorismo e a competitividade. Estes são argumentos fundamentais para uma economia mais produtiva e que entende o trabalho diferenciado como um factor de desenvolvimento das competências e da experiência do indivíduo. Só assim este pode encontrar o equilíbrio entre a preservação da sua identidade e da comunidade a que pertence, e se torna mais capaz de sobreviver num mundo globalizado.

Os Açores foram pioneiros a nível nacional no desenvolvimento do ensino profissional. Temos cerca de 50% dos alunos nesta área de formação. A realidade de hoje não resiste ao confronto com a de 1996 quando o PS chegou ao governo: passámos de 450 para mais de sete mil formandos. O crescimento constante do número de alunos a frequentar este tipo de ensino fazem-nos crer que fomos bem sucedidos. O PS/Açores encoraja o Governo a diversificar a oferta deste tipo de cursos e a encerrar aqueles para os quais o mercado revela dificuldades de absorção.

Nos últimos anos, e porque os Açores orientam o sentido do seu desenvolvimento por aquele que orienta o desenvolvimento do mundo contemporâneo, passámos de uma economia baseada na produção, sobretudo dos sectores agro-pecuário e das pescas, para uma economia baseada no acesso fácil a uma grande variedade de informações, proporcionado pela tecnologia da informação. Esta, por sua vez, permitiu a multiplicação das possibilidades de ligação dos indivíduos ao mundo

exterior, independentemente do local onde vivem – o que é particularmente relevante para os Açores e os Açorianos –, abrindo assim portas a uma competição à escala global e o acesso a um novo paradigma de desenvolvimento: a biotecnologia, a tecnologia aeroespacial, a farmacologia, as economias energéticas, a microbiótica, a electrónica molecular, os transportes, as energias alternativas, a informática, o turismo de congressos, enfim, todo um mundo novo no qual os Açores e os Açorianos poderão ocupar, uma vez mais, e mercê de uma conjugação entre geografia e história que se poderá revelar altamente produtiva, um lugar pioneiro e central.

A educação para as tecnologias da informação, mercê da sua flexibilidade, é, pois, um aspecto fundamental.

Desde que é governo nos Açores, o Partido Socialista elegeu a qualificação dos açorianos como um dos eixos fundamentais da sua acção.

O PS/Açores, visando consolidar os ganhos e eliminar as insuficiências que ainda persistem, estabelece como orientações políticas nesta Legislatura e para o próximo programa de governo, os seguintes objectivos:

- melhorar o desempenho do sistema educativo e formativo entendido como a prioridade absoluta da política educativa nos Açores, recorrendo se necessário a pedagogias diferenciadas;
- operacionalizar um currículo regional dos ensinos básico e secundário adequado às necessidades formativas dos açorianos e que reflecta também a história, a cultura e as realidades açorianas;

- dotar as escolas dos meios humanos, materiais e de cultura organizacional, nomeadamente no campo da acção social escolar, que as confirmem como pólos de integração dos portadores de deficiência e dos socialmente menos favorecidos;
- apostar no ensino pré-escolar como patamar crucial das aprendizagens futuras;
- dignificar, diversificar e actualizar o sistema de formação profissional;
- criar uma cultura do rigor, do mérito, da qualidade e da excelência desde os primeiros anos de escolaridade. Se, por um lado, foram criadas melhores condições às escolas, dotando-as de maior autonomia e de um parque escolar público renovado, por outro lado, é necessário ir mais longe na organização do processo de ensino-aprendizagem, retirando a carga burocrática aos professores e focando a sua vertente pedagógica;
- introduzir sistemas de gestão pela qualidade, como definido na Estratégia Regional para a Qualidade;
- alargar as oportunidades formativas destinadas aos jovens adultos que não conseguiram concluir a sua formação académica ou profissional no tempo próprio, com o rápido encaminhamento para percursos alternativos de escolaridade e de formação profissional;
- ampliar o sistema de formação ao longo da vida, permitindo a manutenção e a melhoria das qualificações dos trabalhadores no activo e dando oportunidades

formativas aos desempregados que tenham formação insuficiente ou inadequada face às oportunidades geradas pelo mercado de trabalho;

- generalizar o sistema de certificação de competências destinado a adultos que possam comprovar que adquiriram, através da experiência ou do estudo autónomo, as competências necessárias para serem reconhecidos como profissionais ou como detentores de habilitações equivalentes aos ensinos básico ou secundário;
- fortalecer o sistema de formação académica superior e de investigação científica e tecnológica avançada. No respeito pela autonomia universitária, é necessário influenciar para que na aprovação de novos cursos se privilegiem aqueles que correspondem aos perfis profissionais adequados às necessidades reais da economia açoriana, ao contrário do que tem acontecido em alguns casos;
- apoiar a formação avançada, particularmente nos mestrados e doutoramentos a que corresponda uma forte componente de investigação de interesse para os Açores, privilegiando os percursos com oportunidades de aplicação económica dos saberes e das tecnologias.
- oferecer formação flexível, aliando competências técnicas a aptidões relacionais, da capacidade de adaptação à mudança ao empreendedorismo, capazes de reabilitar activos no sector da construção civil, por exemplo;

- equilibrar o peso do investimento público e do investimento privado na formação, no sentido de assegurar a adequação às reais necessidades do mercado;
- desenvolver mecanismos que reduzam a perda de pessoal qualificado devido a migrações e emigrações, quer no que se refere aos movimentos migratórios das ilhas da coesão, quer aos movimentos de saída para fora da Região;
- continuar a apostar na inserção das mulheres no mercado de trabalho e no aumento da taxa de actividade feminina, com especial enfoque nas domésticas, já que, se atendermos ao facto de que o ingresso de activos no mercado de trabalho está directamente ligado ao crescimento do PIB na Região, a qualificação destas têm um forte potencial, e a sua qualificação constitui um factor gerador importante do sucesso escolar das crianças do respectivo meio familiar;
- valorizar o profissionalismo no mundo do trabalho, procedendo à generalização da certificação de competências adquiridas por via da experiência pessoal e profissional dos trabalhadores e desempregados, com uma tripla certificação: académica, profissional e europeia;
- robustecer as estratégias de transição para a vida activa e a valorização do profissionalismo dos jovens recém-licenciados, a reconversão de licenciados e mestres, e a adequação dos cursos superiores.

Para garantir o futuro dos Açores e dos Açorianos, o PS/Açores tem consciência que tudo passa por melhores competências de todos e, em particular, das transmitidas e adquiridas nos meios de educação e de formação. É nossa convicção que para vencermos novos desafios teremos que atingir sempre novos e mais elevados patamares.

6. NA INTRODUÇÃO DE FACTORES DE INOVAÇÃO – a importância para os Açores das tecnologias, da investigação e da ciência

Inovar representa um processo de transformação e ruptura que afecta organizações, negócios e sistemas. A inovação é uma necessidade permanente e uma convocação inteligente. A inovação é, logo, um desígnio no e do PS/Açores.

A sociedade e as empresas têm que se adaptar a novos paradigmas. A capacidade de inovação de uma sociedade está associada a diversos factores e não existem, obviamente, soluções tipo. Contudo, podemos identificar três elementos que determinam a maior ou menor capacidade de regeneração e inovação de uma sociedade, como sejam as características dos mercados, os níveis de educação e formação e as políticas de investigação e desenvolvimento (I&D):

- os mercados dinâmicos e eficientes são indispensáveis à inovação. A existência de um mercado aberto e concorrencial estimula a criatividade e a inovação empresarial;
- educar e formar para o mérito e para a competitividade é vital para dotar qualquer sociedade de capital intelectual capaz de suportar os processos de investigação e inovação;
- investigar para desenvolver é uma responsabilidade das entidades públicas e privadas, sendo que as redes de inovação e de cooperação empresarial são a única forma de ultrapassar o problema da pequena dimensão da maioria das nossas empresas nessa tarefa exigente e essencial ao crescimento dos negócios nos dias de hoje.

Nessas redes importa incorporar o potencial que representa a Universidade dos Açores, da qual se conta com um empenhamento efectivo na sua associação aos factores emergentes do desenvolvimento regional.

Nos Parques Tecnológicos de São Miguel e da Terceira, serão criadas as condições para a construção de ninhos de empresas de excelência, com fornecimento de serviços de secretariado, de contabilidade, de apoio legal e de análise de risco. Serão disponibilizadas instalações para conferências e reuniões empresariais. Estas estruturas serão dinamizadoras da criação e fixação de empresas de elevado valor tecnológico nos Açores e poderão ser centros de transferência e de inovação, colocando a nossa Região na rede europeia dos “Business Innovation Centre”. Essa é uma aposta difícil mas que devemos garantir, pelo que o PS/Açores entende que

deve ser prosseguida com o estabelecimento de parcerias com entidades externas experimentadas, com empresas de referência e com as autarquias locais.

A internet tornou-se hoje um instrumento de democratização da nossa sociedade garantindo um potencial de interacção entre cidadãos e instituições de modo a aplanar barreiras e obstáculos burocráticos. Flexibilidade, mobilidade e facilidade ao acesso às tecnologias de informação e comunicação são factores decisivos para promover as nossas ilhas e abonar condições às empresas. Também neste caso, o PS/Açores avalia como necessário introduzir melhorias.

É importante também estender progressivamente na Região outros projectos idênticos ao da “Rede Internet Sem Fios nas Ilhas da Coesão”, acautelando o acesso gratuito à Internet nos centros de todas as freguesias dos Açores. Será uma medida de grande alcance para a inclusão de todos os açorianos, mas será também uma grande oportunidade para com mais facilidade procedermos à descentralização administrativa, ao ensino à distância e à requalificação de activos, dando passos seguros em direcção a uma sociedade de inclusão digital que aproxime os açorianos de novos padrões de qualidade de vida e de desenvolvimento.

O PS/Açores considera muito relevante que o sistema científico e tecnológico regional se apetreche bem para promover outras áreas do saber actual, pelo que é fundamental consolidá-lo através da internacionalização das unidades de I&D, do desenvolvimento de projectos, do aumento dos recursos humanos a exercer actividades de Ciência e Tecnologia, da dinamização dos centros de ciência e do desenvolvimento de actividades de I&D em contexto empresarial.

O PS/Açores pensa que deve ser incluído no próximo programa de governo a criação de um Fundo para a Investigação e Inovação Aplicadas, que permita ligar a investigação realizada na Região, ou por investigadores que tenham trabalho realizado na ou sobre a Região com necessidades e objectivos específicos do tecido económico e empresarial e dos seus diversos sectores. O Fundo deve ser uma *joint venture*, financiado pelo Governo, mas também com a participação das Câmaras de Comércio, associações representativas, empresários e investidores, num esforço de definição precisa de objectivos a curto e médio prazo, que permitam desenvolver novos métodos de produção e novas tecnologias, aumentando a eficiência e a competitividade.

O progresso e a transformação dos Açores não podem dispensar o importante contributo da inovação enquanto motor do desenvolvimento económico e da sua sustentabilidade. O PS/Açores quer relevar nesse âmbito e no seu projecto de governo a importância associada das tecnologias de informação e de conhecimento, da investigação para o desenvolvimento e da qualificação das pessoas e das organizações.

7. NA PROMOÇÃO E NO RELACIONAMENTO EXTERNO – uma maior presença e um novo ciclo marcado pelas relações de valia económica

Os Açores têm alcançado uma crescente visibilidade externa.

Somos um açoriano em cada quarenta portugueses e um açoriano em cada dois mil europeus, mas temos sabido afirmarmo-nos pela eficácia e pela força das nossas ideias, da nossa acção, das nossas convicções.

A actuação externa dos governos do PS/A nunca se deixou, pois, condicionar pela dimensão territorial ou populacional da nossa Região, pautando-se sempre, ao invés, por linhas de orientação muito claras e que são, em boa medida, resultado da nossa inserção geográfica, como região europeia de dimensão transatlântica, mas também da nossa capacidade de afirmação e das nossas opções governativas.

A Europa comunitária, mas também a da cooperação inter-regional; as Américas, incluindo os Estados Unidos, o Canadá, a Bermuda, o Brasil e o Uruguai, e, mais particularmente, as regiões, estados ou províncias onde há significativas comunidades de açorianos emigrados ou seus descendentes; os países arquipelágicos da CPLP, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, com os quais partilhamos uma proximidade afectiva, cultural ou geográfica notória, constituem âmbitos territoriais e institucionais dominantes na dimensão da nossa actuação externa. Mas, igualmente, outras áreas onde temos interesses promocionais, como o da captação de fluxos turísticos, integram esse património actual de relações exteriores.

No âmbito da Comissão Europeia, do Comité das Regiões, da Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, da Assembleia das Regiões da Europa ou da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, para citarmos apenas alguns exemplos, os governos do PS/A têm assumido um papel activo e

mobilizador, transformando as nossas especificidades em causas e as nossas potencialidades em virtudes. A contribuição da nossa representação socialista açoriana no Parlamento Europeu também foi e continuará a ser fundamental para esses desígnios.

Orgulhamo-nos, por isso, de termos afirmado a nossa condição de sujeitos proponentes e participativos nos diversos âmbitos de actuação externa e de não nos termos resignado ao estatuto de meros destinatários ou objectos das dinâmicas que se desenvolvem no plano internacional.

Conseguimos, também, e reconhecidamente, as melhores execuções de programas comunitários, facto ainda recente e publicamente elogiado pelo Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso.

Deste modo, reforçámos a nossa credibilidade externa, particularmente num momento em que a Europa procura novos caminhos para dinamizar as suas políticas, ao mesmo tempo que, com base na crescente importância desta área de actuação na estrutura institucional da administração regional, ampliámos o conhecimento a nível europeu sobre a nossa Região, atribuindo-lhe outra notoriedade.

Noutro plano, a governação do PS/A tem sido também marcada por um esforço consciente e determinado de revalidar, nos planos político e económico, as ligações históricas e culturais dos Açores com outros estados e regiões espalhados pelos vários destinos da Diáspora açoriana, como aconteceu com os estados da Califórnia, Massachusetts e Rhode Island, nos Estados Unidos, seguindo um modelo que se estenderá às províncias canadianas de maior presença açoriana.

O PS/Açores entende que se deve assumir a definição de áreas prioritárias de intervenção política externa, aproveitando a experiência e as parcerias bem-sucedidas que já desenvolveram e iniciando um novo ciclo na afirmação exterior dos Açores.

Esta ambição do PS pretende, assim, colocar a Região no seio dos debates europeus, capitalizando uma periferia geográfica para a construção de uma centralidade política. As questões da ultraperiferia não podem constituir um factor limitador da intervenção externa açoriana, competindo-nos a nós a transformação dessa aparente vulnerabilidade num fonte de legitimidade acrescida e ampliadora das temáticas que suscitam a nossa pronúncia.

Casos como o Tratado de Lisboa, na discussão do qual os Açores e o PS/Açores participaram de forma empenhada e consequente, ou a definição dos novos contornos da Política Marítima e da Comum de Pescas, constituem exemplos de uma intervenção em que o mérito das nossas posições resultou da nossa Autonomia Política, do património das nossas políticas e não apenas do nosso posicionamento geográfico.

Por outro lado, o modelo de crescimento e desenvolvimento sustentável dos Açores que queremos trilhar deve também constituir um dos esteios principais do posicionamento externo da Região, particularmente no que diz respeito à sua promoção e relacionamento nos planos económico e político. Isto porque é também pela projecção económica da nossa Região que podemos criar cada vez melhores condições para a atracção de capitais e de investimentos externos.

Os Açores ganharam na última década uma projecção no âmbito da cooperação interregional europeia que, além de ter por base um esforço redobrado na procura de parcerias eficazes em áreas como as da formação ou a defesa das produções tradicionais, assenta também em larga medida nos padrões de desenvolvimento atingidos e no equilíbrio prosseguido entre a preservação e qualidade da sua oferta ambiental e a aposta em actividades económicas alternativas ao modelo tradicional, como, por exemplo, o turismo, buscando-se uma utilização regulada do nosso potencial natural.

Em simultâneo, por via da especialização e internacionalização de determinados sectores de investigação, com particular incidência para as ciências do mar e da terra, cujo o exemplo por excelência é o do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP), os Açores viram reforçados o reconhecimento externo das suas potencialidades e a valia específica, no plano externo, das suas qualidades endógenas. A existência de um crescente número de estações de monitorização, climática e espacial, como acontece no Pico, na Graciosa e em Santa Maria, assentes em parcerias de âmbito internacional, é outro exemplo claro de que há uma procura externa crescente nestes domínios e de que a Região tem muito a ganhar se puder corresponder, de forma estruturada, a esse desafio.

Pode haver, portanto, no plano externo, uma marca Açores, detentora de reconhecimento mas que importa consolidar, aproveitando as vantagens que decorrem do facto dessa marca estar em consonância com as questões centrais do presente debate desenvolvimentista à escala global.

À já tradicional vertente geoestratégica da nossa acção externa, que está na base do papel constantemente renovado que a Região tem assumido no diálogo euro-americano e de qualquer análise estratégica contemporânea de âmbito atlântico, juntam-se, pois, presentemente, as mais-valias decorrentes da precaução e do sentido estratégico com que os governos do PS têm abordado os desafios energético, de protecção da biodiversidade e da investigação científica.

A acção externa dos Açores deve integrar cada vez mais uma política coordenada de procura de investidores que possam contribuir para o desenvolvimento regional. Em especial, no âmbito da nossa projecção económica, a intervenção a desencadear pelos Açores, ao mesmo tempo que deve continuar a manter e a valorizar os laços que nos unem às nossas Comunidades na Diáspora, deve, igualmente, abranger novas áreas e novos interessados. Nesse domínio, a consciência da pequena dimensão da nossa capacidade produtiva, sobretudo quando aferida em função de mercados de grande dimensão, deve constituir um incentivo à criatividade e à inovação, importando que a acção do Governo e de organismos especializados na diplomacia económica externa, como a APTA e a APIA, se salientem e procurem resultados no curto prazo.

Neste novo ciclo emergente, que cremos e queremos marcado pela retoma económica, e que dita a necessidade de uma relação externa diversificada não só nos temas como nos territórios alvos, o PS/Açores reitera, porém, a sua condição de partido regional de matriz transatlântica, salientando a importância do Acordo das Lajes no quadro das relações privilegiadas com os Estado Unidos.

Garantindo cerca de 800 postos de trabalho directos na ilha Terceira, com um impacto financeiro médio de cerca de 75 milhões de Euros anuais, incluindo encargos salariais e aquisição de bens e serviços na economia local, a presença norte-americana nos Açores tem também, para o PS/A, uma dimensão política e estratégica que não deve ser descurada, reforçando o nosso contributo para a qualificação de Portugal enquanto actor relevante da geopolítica do Atlântico e o nosso estatuto de agente fundamental no relacionamento euro-americano.

O processo relativo à extensão da plataforma continental atlântica, a valorização crescente do património subaquático e da sua relevância científica, a par do reconhecimento da nossa inegável valia geoestratégica e da nossa proximidade histórica e afectiva com as potências clássicas e emergentes da América do Norte e do Sul, reforçam a condição açoriana e o nosso préstimo como parceiro neste espaço de cooperação.

O PS/Açores recomenda, deste modo, que se orientem as políticas externas e se desenvolvam as diligências competentes para afirmar a sustentabilidade desse potencial geo-estratégico.

CAPÍTULO III

O papel do(s) partido(s)

1. RENOVAÇÃO DOS FUNDAMENTOS PARA A VITALIDADE DEMOCRÁTICA DOS AÇORES – uma maior participação

Os Açores, pela sua geografia e história sócio-política, são hoje uma sociedade habituada a que as forças políticas e o governo estejam sempre próximos. A experiência de mais de três décadas de Autonomia aconselha a que se proceda a uma renovação dos fundamentos para a vitalidade democrática dos Açores. É bom e é saudável que assim aconteça, tendo em conta o progressivo afastamento dos cidadãos da vida política e daqueles que exercem o poder,

típico das democracias modernas que tendem a funcionalizar, pela especialização, os cargos políticos.

Historicamente, a sociedade açoriana traz inscrito nos seus genes o princípio da democracia. Cabe aos agentes políticos, e às organizações vocacionadas para o exercício do poder – como são os partidos –, a responsabilidade de interpretar as marcas identitárias, mas também funcionais, da tradição, e transpor para a modernidade, tendo por base uma população que é ao mesmo tempo objecto de políticas orientadas para a valorização dos recursos humanos e do seu funcionamento no seio da sociedade da informação, uma prática política cimentada pelo tempo e emanada espontaneamente da própria sociedade.

Outrossim, os partidos políticos passam actualmente por um período difícil de afirmação associado aos mecanismos de representação, provavelmente, porque perderam a centralidade do passado em que concitavam e ordenavam de modo estável as identidades e preferências do eleitorado. A reconfiguração da representação política precisa estar, hoje, associada a novas prioridades, que não se podem circunscrever aos actos eleitorais, mas antes constituírem respostas à emergência de valores mais ou menos difusos ou a novos desafios. Abertura partidária e sentimento de utilidade devem ser dois aspectos permanentes, sobretudo junto de grupos sociais e entidades onde a representação política ainda é frágil. Trata-se de reforçar a lógica de inclusão política, aproximando eleitos de eleitores, num tempo em que a confiança em delegar nos partidos- a *fides implicita* – enfraqueceu. O PS/Açores carece, portanto, de continuar o esforço de monitorização social, carreando novos

recursos humanos para enriquecer a concepção e execução do seu projecto político, e privilegiando a contribuição das novas gerações.

Também importa fazer sempre prevalecer, no que diz respeito ao PS, a percepção de que um partido de governo não corresponde a um “governo de partido”, pois tal conduta não só depreciaria a isenção governativa e a pluralidade social como acarretaria um retrocesso no caminho que o PS sempre defendeu em matéria dos direitos e garantias dos açorianos.

Incumbe-nos, desse modo, manter a nossa declaração de guerra ao clientelismos e aos partidarismos que injustiçam e excluem. Os socialistas açorianos em geral e os membros do partido sabem que com o PS no governo têm mais deveres e obrigações e não mais direitos e privilégios.

Cabe, assim, ao PS/Açores, não descurar, na sua organização como na sua conduta, os procedimentos que o afirmem como uma força idónea e de confiança, e acessível à contribuição e à fiscalização dos cidadãos. Devemos ter maior ousadia na atracção das pessoas na vida partidária, tal como importa melhorar os meios e instrumentos de envolvimento e influência dos militantes do partido, em particular dos jovens.

O PS/Açores pode e deve ser cada vez mais o cais da esperança, onde aporem todos os que prezam e se envolvem na realização do bem comum

O PS que desejamos nos Açores

O PS deve afirmar-se como uma força com capacidade para se renovar, para inovar e liderar processos de mudança.

O reforço do PS para prosseguir, na segunda década do século XXI, um percurso de vitórias e conquistas diárias exige, assim, o contributo da mais ampla diversidade de actores da sociedade civil.

O PS/Açores foi o único partido que conseguiu, de forma inédita e organizada, conglutinar muitas centenas de organizações e personalidades da sociedade açoriana, e mesmo do exterior, tornando-os os verdadeiros fautores de muitos dos seus projectos para a Região.

O PS tem sabido convocar, em momentos chave da vida do Partido e da Região, a sociedade e os cidadãos. São disso exemplo, também, a Convenção para a Nova Autonomia, bem como a realização do Forum 2013 que permitiu construir a proposta de Programa de Governo com que o PS se apresentou às eleições de Outubro de 2008. É nessa perspectiva que se realizarão as “Conferências – Um Novo Ciclo para Vencer Novos Desafios”.

Importa, pois, tornar claro que a matriz identitária do PS como partido autonomista, democrático, dialogante e determinado se mantém e manterá na nossa acção política. Importa tornar claro que essa deve ser uma postura permanente extensiva à metodologia de governo e para aquém e além dos actos eleitorais.

Assim é, não porque essas características se tenham cristalizado à volta do nosso projecto partidário, mas porque os resultados quotidianos da nossa acção permanentemente os confirmam e reforçam.

Por sermos assim, não podemos retroceder numa prática política que, ao apelar à participação de todos os Açorianos para servir o melhor possível a nossa Região, se assumiu como um projecto que transbordou os limites do PS e inundou a nossa sociedade com uma nova ambição para os Açores.

2. MAIS JUVENTUDE COM A JS

Acreditamos numa actividade política rejuvenescida e adaptada às inevitáveis evoluções do tempo.

Sabemos que a “proximidade”, como em quase todos os aspectos da vida, estimula a sensibilidade, informa melhor as decisões, obriga a maior transparência, e concita mais empenhamentos. São desafios que se colocam na Política e aos políticos.

Para a criação de mecanismos e de formas de estar que introduzam um ciclo mais frutuoso na relação entre eleitor e eleito, o pressuposto “proximidade” é de facto determinante.

Uma comunidade em que os cidadãos estão comprometidos com as causas públicas e onde são empenhados e querem participar na definição do bem comum, não deixando essa tarefa apenas para os decisores políticos, será com certeza uma comunidade melhor preparada para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Neste processo, as novas gerações têm responsabilidades acrescidas. A energia e as dinâmicas que a juventude pode imprimir são capitais.

Nos Açores, são milhares os jovens que participam em colectividades, em manifestações culturais ou desportivas ou em movimentos sociais, partidários ou associativos, da mesma forma que existem hoje novas formas de participação a ter em conta através das novas tendências de criação de grupos informais, de grupos online ou de blogs individuais ou colectivos.

Mas apesar desta tendência crescente, é necessário mobilizar os jovens na identificação com os projectos políticos em geral e no projecto socialista em particular.

Nesta matéria, o papel dos principais agentes do sistema político e das organizações partidárias é, obviamente, relevante. Os jovens requerem da Política e dos políticos referências de oportunidades e de futuro, ou seja de credibilidade e de inovação. Não se revêem na vacuidade do debate desfocado dos interesses vitais da construção dos seus projectos de vida e, menos ainda, no passadismo e no conservadorismo ético, comunicacional e social quer à esquerda quer à direita partidária.

No seio do PS cabe à JS/Açores um lugar crescente na quantidade e qualidade que subjaz à formação da vontade política. E cabe à JS mobilizar, nesse contexto em que deverá ser cada vez mais influente, as novas gerações para a utilidade da Política e a valia do Partido Socialista como plataforma de participação.

Desse modo, quanto mais força tiver a JS mais força terão o PS, a democracia e os Açores.

Mas mais jovens na JS deve representar mais jovens no PS. E aqui o PS tem de estar à altura dos tempos e deve ter a coragem de dar espaço aos jovens que estão comprometidos com o bem comum e querem participar na construção do modelo de desenvolvimento da sua comunidade.